



Indenização de R\$ 260 mil por trabalho escravo foi fruto da Meta 2

Um dos últimos processos julgados no esforço concentrado do Tribunal Regional do Trabalho da 14  Região (Acre e Rondônia) para atingir a Meta 2 resultou em uma indeniza o de R\$ 260 mil em favor de trabalhadores submetidos a trabalho escravo. O acordo de pagamento de danos morais coletivo e individual a 50 trabalhadores surgiu do trabalho do Grupo Interinstitucional Móvel de Erradica o do Trabalho Escravo.

A associa o resgatou os trabalhadores há seis anos, em situa o análoga   de escravos, em frentes de serviços na Fazenda Anita, no município de Chupinguaia, no sul de Rondônia. A Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu que devem ser julgados até o final de 2009 todos os processos distribuídos até o final de 2005. Esse processo teve início em 2003.

Os trabalhadores começam a receber os valores a partir do dia 20 de setembro próximo. O pagamento do dano moral individual no total de R\$ 64 mil será feito em parcelas de R\$1.280. Os proprietários também assumiram o compromisso de pagar R\$ 200 mil em danos morais coletivos, cujo destino será informado pelo Ministério Público do Trabalho no prazo de seis meses, que poderá ser convertido na constru o de um Centro de Forma o de Aprendizizes.

Os proprietários vão ter de cumprir, sob pena de multa diária, as determina es previstas em lei como pagar ao menos um s lario mínimo a todo e qualquer empregado, independentemente da produtividade. Além disso, não fazer descontos em s larios que não sejam os previstos em CLT, obedecer rigorosamente a jornada máxima diária e semanal de trabalho, providenciar alojamento em quantidade suficiente para seus empregados e não admitir trabalhadores com idade inferior a 16 anos.

O acordo foi firmado em 20 de agosto, em audiência conduzida pela juíza federal do trabalho Silmara Negrett Moura, na Vara de Colorado do Oeste. A concilia o encerrou um espera de mais de 6 anos, e somente se tornou possível depois que foi constatado que uma parte dos 93 trabalhadores flagrados, na época, desempenhando serviços análogos   de escravo, optou por continuar trabalhando na mesma propriedade, em condi es legais. Também foi constatado que nos últimos anos não houve registro de trabalho ilegal na Fazenda Anita. *Com informa es da Assessoria de Imprensa do TRT-14.*

0193.2003.051.14.00-6